Adunesp
Seção Sindical da ANDES - Sindicato Nacional
Associação dos Docentes da UNESP

Carta de São Paulo

Nos dias 17, 18 e 19 de maio de 2019, ocorreu em São Paulo, no Instituto de Artes da Unesp o Encontro de Subseções e Representantes de Base da Adunesp, contando com a presença de docentes representantes de nove *campi*. Foram discutidas as políticas reitorais que estão mudando o modelo de universidade que construímos até agora, comprometida com pesquisa independente, com a livre produção de pensamento crítico, com a liberdade de ensinar e aprender, com a gratuidade e qualidade socialmente referenciada dos cursos ministrados para os nossos estudantes, com a manutenção de condições dignas e humanizadas de trabalho para todos que, até agora, deram a sua contribuição para a construção da Unesp de excelência amplamente reconhecida pela sociedade brasileira e por instituições internacionais.

Durante o Encontro de Subseções e Representantes de Base da Adunesp, foi objeto de discussão um conjunto de questões que, neste momento, constituem o núcleo das ações que implicam numa mudança do modelo de universidade. Seguem-se abaixo as questões situadas em seus devidos contextos.

A precarização do trabalho docente

O CEPE aprovou, recentemente, a "Proposta de regime de trabalho para contratação de docentes", estabelecendo que as contratações daqui para a frente deverão ocorrer em RTC e, se o docente contratado tiver, por ocasião da apresentação do seu relatório anual, "avaliação positiva das atividades realizadas por ele no período e com a concordância do Departamento e da Congregação ou Conselho Diretor, no caso dos campi experimentais, poderá solicitar à administração central a mudança de regime de trabalho de RTC para RDIDP. Da mesma forma, em função do desempenho positivo do docente contratado em RTC, a administração central poderá sugerir a mudança para RDIDP, no momento de sua confirmação no regime de trabalho".

Uma das justificativas deste item da pauta, entre outras, é a consideração de que "a contratação inicial de profissionais em RDIDP dificulta a readequação do regime de trabalho, mesmo em situações em que o desempenho do contratado não se adeque apropriadamente ao tripé acadêmico estabelecido na universidade"(grifo nosso); e "considerando que as novas modalidades de contratação inicial (RTC ou RTP) podem contribuir para atendimento de maior número de liberação de vagas para cursos, em especial, neste momento de atual crise orçamentário-financeira"

Embora não seja explicitamente vetada a contratação em RDIDP, ela só poderá ser feita "em condições especiais, em que ficar demonstrada a imprescindibilidade da contratação do docente já em RDIDP, poderá ser solicitada ao CEPE a referida autorização e, com base nas justificativas apresentadas e disponibilidade orçamentário-financeira da universidade, ser autorizada excepcionalmente. (*todos os grifos nossos*). O CEPE também está discutindo, sob pressão da reitoria a alteração dos critérios para a obtenção do título de livre docente e para o concurso para professor titular.

O Programa "Parceiro Unesp"

O Conselho Universitário aprovou em sua última reunião (25/04/2019) a Minuta de Resolução que cria o Programa "Parceiro Unesp" e dá outras providências. De acordo com o caput do Artigo 1º, em seu item II, o Programa compreende "ações de prospecção de oportunidades de parceria, inclusive mediante o uso dos mecanismos das leis de incentivo à cultura e à inovação". No Artigo 2º da resolução, "Fica prevista a possibilidade de que a Universidade torne pública a parceria, na forma de agradecimento, ou mesmo atribuição de autorização ou permissão de uso de espaços da mesma, desde que não perturbe o regular funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da Universidade, e sempre respeitando a Lei de Licitações".

Interessante notar que, nas as discussões deste item, houve falas de vários conselheiros, exaltando a possibilidade de parcerias público privadas como forma de financiamento da universidade, inclusive com a venda de serviços e cessão de espaços e recursos humanos para finalidades que interessem aos "doadores" privados de recursos. Há, inclusive uma fala do reitor (que pode ser recuperada no vídeo da reunião do CO em 25/4/2019, parte 2, disponibilizado pela TV Unesp em http://www.tv.unesp.br/video/_OMPF-NsO54, 2h41m10s após o seu início) em tom jocoso, mas que dá uma ideia do que vem por aí, propondo que ele e o vice-reitor se reúnam (tomem um café) com a apresentadora Ana Maria Braga (ex-aluna da Unesp) e com alguns milionários (também ex-alunos) para pedir doações para a Unesp, em meio a comentários de que a universidade "precisa se abrir para isso", referindo-se a fontes alternativas de financiamento, mais explicitamente, ao financiamento privado, evidentemente em troca de contrapartidas.

O "Termo de Compromisso" com o governo

Mais recentemente, a propósito dos "esforços" empreendidos pela administração central para obter recursos para o pagamento do 13º salário dos servidores autárquicos, o reitor assinou um Termo de Compromisso (TC) com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que flagrantemente viola a autonomia da Unesp. Entre outras coisas, o TC estabelece, em sua cláusula segunda, que "a Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhará e monitorará os indicadores e os resultados econômicos das reformas administrativa e acadêmica em curso ou a implementar pela UNESP". No parágrafo segundo da cláusula quarta, o texto do TC afirma ainda que, "para comprovação da implantação, com resultado favorável, das medidas previstas no parágrafo acima, a UNESP deverá, até o dia 15 de maio de 2019, apresentar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico relatório e documentos indicando as medidas adotadas o os dados e resultados financeiros concretos obtidos". (*grifos nossos*).

Há, ainda, a cláusula sexta, cujo parágrafo segundo tem o seguinte teor: "Declara a UNESP ter ciência de que, no exercício de 2019, o montante de recursos a serem a ela destinados estará limitado ao percentual de 2,3447%, contido no índice atual de 9,57% estabelecido no parágrafo primeiro." (*grifo nosso*). Assim, ao assinar esse TC, o reitor assume explicitamente o compromisso de não reivindicar nenhum recurso para além daquele destinado à universidade pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, aprovada em 2018.

Esse tipo de atitude põe a universidade de joelhos diante do executivo estadual e não resolve os problemas decorrentes da crise de financiamento, porque não coloca em discussão os principais motivos concretos pelos quais a Unesp está na situação em que está: as expansões sem a contrapartida de recursos perenes e a insuficiência financeira decorrente do não cumprimento da Lei 1.010/2007 pelo governo estadual. E isto foi feito – sem que os termos do acordo fossem debatidos no Conselho Universitário, nem que fossem objeto de deliberação deste colegiado – com a finalidade de obter um adiantamento parcelado de R$ 130 milhões para o pagamento extemporâneo do 13º salário dos servidores estatutários. Conforme declarou o reitor na última reunião do Conselho Universitário, o adiantamento da segunda parcela, que deverá ocorrer no dia 20 de maio, está "condicionado à evolução favorável das ações em andamento e das reformas propostas" (http://www.tv.unesp.br/video/1xaaNhuKkbE, a partir do instante 1h33m08s)

No bojo dessas tratativas e negociações, o reitor da Unesp, também conforme relato do próprio, conseguiu convencer o governo estadual de que é dele a responsabilidade do pagamento dos servidores técnico-administrativos que prestam serviço no antigo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, estadualizado desde 2010, portanto, numa autarquia afeta à Secretaria de Estado da Saúde. Ou seja, na verdade, o governo vai ressarcir a Unesp pela cessão de seus servidores que trabalham em um órgão da Secretaria da Saúde, isto a partir de alguma data que ainda não parece ter ficado acertada, o que, segundo a reitoria, significa cerca de R$ 80 milhões/ano (http://www.tv.unesp.br/video/1xaaNhuKkbE, a partir do instante 1h37m30s). A proposta da reitoria é "trazer os ativos e inativos pós autarquização" uma vez que não vê possibilidade de que sejam considerados os inativos antes da autarquização. Isto, segundo o reitor, estabelece uma "boa perspectiva para podermos honrar com o pagamento do décimo terceiro de 2019 ainda no atual exercício".

A economia de recursos e o aparato repressivo

Considerando apenas os acontecimentos descritos acima, parece evidente que se pretende economizar recursos com:

1- as reformas administrativa e acadêmica;
2- a alteração dos critérios para a obtenção do título de Livre Docente e dos concursos para Professor Titular;

3- a priorização da contratação de docentes em RTC e não em RDIDP, como estabelece o Artigo 89 do Estatuto da Unesp: "A Unesp adotará como regime preferencial de trabalho aquele que fixar a dedicação integral à docência e à pesquisa.";
4- a aprovação, pelo Conselho Universitário, em sua última reunião (25/04/2019), da Minuta de Resolução que cria o Programa "Parceiro Unesp".

Certamente, essas medidas fazem parte implícita, ou explicitamente, do conjunto de compromissos que o reitor assumiu com as secretarias de estado e, nesse contexto, precisavam ser aprovadas para sinalizar a completa submissão da Unesp ao controle do governo estadual. Os objetivos da administração superior da Unesp são evidentes; no entanto, o item 3 acima carrega um significado a mais, que é o aprimoramento do aparato repressivo interno protagonizado pela CPA, que ganha mais poder para promover a "readequação de regime de trabalho" sem ser questionada por processos judiciais já que, vigendo essa resolução, o enquadramento no regime de dedicação exclusiva e tempo integral passará a ser um prêmio, que poderá ser retirado em qualquer momento ao arbítrio desta comissão, caso o docente não se enquadre aos parâmetros por ela determinados, conforme consta na exposição de motivos do vice-reitor encaminhada ao CEPE, por ocasião da discussão dessa matéria.

Além disso (item 4 acima), com a aprovação Programa "Parceiro Unesp", que permite a venda indiscriminada de serviços, bem como o uso do espaço físico, dos equipamentos e dos recursos humanos da Unesp para quem pagar mais, abre-se uma porta para a privatização da nossa Universidade e para a obtenção de recursos em outras fontes de financiamento, como defende o reitor e um número expressivo de membros do Conselho Universitário.

O novo modelo de Universidade

Portanto, o cenário que se nos apresenta para o futuro da Unesp é o da sua transformação em algo semelhante a um colégio de terceiro grau, de terceira categoria, porque todas as dimensões das atividades que desenvolvemos na Universidade hoje estão sendo modificadas. Com o represamento das contratações de servidores técnico-administrativos e docentes – que, quando houver, serão em RTC – nossas atividades de pesquisa estão sendo condenadas à irrelevância ou ao desaparecimento, pois os grupos de pesquisa estão sendo inviabilizados pela falta de pessoal e de infraestrutura de todas as ordens.

Nossas graduações, que já se ressentem da falta de docentes e servidores técnico-administrativos, também estão submetidas, cada vez com mais intensidade, ao mesmo processo de sucateamento que a produção científica. E, com esse andar da carruagem, a extensão de serviços à comunidade passará a ser venda de serviços a quem puder pagar, para captar os recursos que a administração superior da Unesp não reivindica do poder público. E não o faz porque, para ela, e para as forças políticas que a apoiam, o compromisso prioritário da Universidade não é com a produção livre de conhecimento e de tecnologia, nem com a formação de excelência dos estudantes matriculados nas nossas graduações, muito menos com a prestação de serviço relevante para o povo paulista e brasileiro.

Todas as medidas que apontam para a destruição da nossa Universidade passaram, ou passarão, pelos colegiados centrais, e serão aprovadas porque um número expressivo de conselheiros alinhados com a reitoria, ou simplesmente apáticos em relação ao futuro, não conseguem, ou não querem, resistir à implantação de um novo modelo de universidade pela administração atual. Com sua ação, ou omissão, eles contribuem para que estejamos nos transformando rapidamente numa instituição medíocre e irrelevante para o estado de São Paulo e para o país, o que nunca fomos.

Esta é a concepção de universidade que se coaduna com o que pensam respectivamente o nosso atual reitor e seu grupo político, o governador Dória e o presidente da República. Todos fortemente empenhados, de uma maneira ou de outra, em rebaixar a produção científica e tecnológica nacional, bem como a formação intelectual dos brasileiros.

Órgãos colegiados e Chapão da Adunesp

Salvo honrosas exceções, os conselheiros complacentes com as políticas reitorais são aqueles que foram eleitos graças ao grande esforço empreendido por setores alinhados à reitoria que contou, também, com a participação de vários diretores que se puseram em campanha aberta pelos seus candidatos.

Comparando a eleição para os colegiados centrais de 2017 com a anterior, realizada em 2015, o número de eleitores diminuiu 6,54%, e o número de votantes aumentou 11,12%. Ou seja, diminuiu o número de eleitores, mas aumentou expressivamente o número de votantes, o que redundou na eleição de grande

número de candidatos apoiados pela administração central. Com exceção da Comissão Central de Graduação, poucos candidatos do Chapão da Adunesp foram eleitos para os colegiados e comissões centrais, embora tivessem no total maior número de votos por chapa do que na eleição anterior. O aumento do número de votantes que resultou da campanha pelos candidatos alinhados com a reitoria fez a diferença a favor da reitoria.

Há muitos desafios que precisamos enfrentar com a nossa atuação firme e contundente. Trata-se de lutar contra o sucateamento da Unesp em cada lugar que for possível. No Conselho de Departamento e de Curso, na Congregação, no Conselho Diretor e nas Comissões Assessoras, nos colegiados centrais, por meio das subseções da Adunesp e junto aos *campi* onde ainda não temos o sindicato organizado. Reverter esse processo de sucateamento não será fácil, mas certamente é possível com determinação e compromisso com o modelo de universidade que construímos ao longo dos anos.

É preciso também ter clareza de que as políticas de sucateamento da Unesp, tanto quanto da USP e da Unicamp, não são ações isoladas, e que os problemas que atravessam estão inseridos no contexto maior de desmonte da universidade pública brasileira, acelerados por meio da retirada de recursos da CAPES, do CNPQ, pelo corte injustificável de verbas para as universidades federais, pelo governo Bolsonaro; e pela política de desmantelamento dos institutos de pesquisa e pela CPI das universidades no estado de São Paulo, entre outras, pelo governo Doria.

Ou seja, a educação pública e a ciência pública brasileiras estão sob ataque e, mais do que nunca, é hora de nos mobilizarmos em defesa desses patrimônios da nacionalidade.

Os debates realizados durante o Encontro de Subseções da Adunesp convergiram no sentido de apontar que as políticas implantadas e as práticas adotadas pela atual reitoria convergem para um modelo de universidade diverso daquele que tínhamos até bem pouco tempo – que já teria se esgotado – partindo do pressuposto de que não há mais espaço para a ampliação do financiamento público com recursos oriundos da arrecadação de impostos. Então, diante desse fato real e incontornável, haveria que se buscar fontes de financiamento privado para a manutenção do ensino superior público e, também, para o custeio da pesquisa científica. Além disso, a venda de serviço deve ser um caminho a ser utilizado para que se alcance algum grau de sustentabilidade orçamentária e financeira.

Embora tenha mudado de mãos, o governo estadual continua considerando as três universidades públicas paulistas como um sorvedouro indesejável de gastos, que consomem 9,57% do ICMS Quota-Parte de Estado, recursos reiteradamente vinculados com destinação obrigatória para elas por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não obstante o reitor e as forças políticas que o apoiam tenham se esforçado, e muitas vezes afirmado o contrário, não têm conseguido ocultar a óbvia articulação das suas propostas e ações com o que já vinha sendo implantado pela administração anterior, tornando a Universidade uma instituição cada vez mais comprometida com o governo estadual e a serviço dos seus interesses políticos. Se assim não fosse, como explicar a ausência de uma palavra pública sobre a renúncia fiscal de ICMS que, no ano passado, foi de mais de R$ 20 bilhões, recurso correspondente ao dobro do investimento na Unesp, USP e Unicamp juntas. Como justificar o "Termo de Compromisso" recentemente assinado pelo reitor com duas secretarias de estado em que "flexibiliza" a autonomia universitária e concorda em não reivindicar recursos para além do que coube à Unesp pela LDO de 2019? Como compreender a leniência da administração superior, e do Cruesp, com o descumprimento da Lei 1.010/2017 por parte do governo estadual, fato esse que custa acima de 20% do repasse do ICMS para a USP e Unicamp, e mais de 30% para a Unesp?

As conclusões do Encontro de Subseções e Representantes de Base da Adunesp apontam que a mudança do modelo de universidade implementado pela reitoria tem se concretizado por meio de uma série de ações articuladas, envolvendo mudanças pontuais no Estatuto da Unesp e o estabelecimento de políticas que impõem perdas progressivas de direitos e precarização das condições de trabalho - arrocho salarial e represamento de contratações de servidores docentes e técnico-administrativos - controle repressivo da atividade docente em todos os seus aspectos (atuação da CPA), entre outras.

Todas essas questões foram objeto de amplas e profundas discussões durante o Encontro e constituíram a pauta da Plenária Estadual da Adunesp do dia 19 de maio, que aprovou os seguintes encaminhamentos:

1- Sobre itens relativos ao modelo de universidade:

(a) Enviar a todas as Congregações e Conselhos Diretores das unidades documento da Adunesp, solicitando que se posicionem a respeito da mudança da priorização da

contratação para RTC (postura que colide com o estatuto e muda o perfil da universidade).

(b) Propor que esse documento seja pautado nas assembleias locais e depois defendido também nas congregações.

(c) Solicitar parecer da AJ da Adunesp sobre:
   (i) Assinatura do Termo de Compromisso entre reitoria e governo;
   (ii) Insuficiência financeira;
   (iii) A aprovação de RTC como regime preferencial, ao arrepio do Estatuto da Universidade.

(d) Enviar ofício à Comissão de Contratação Docente (CCD), solicitando informações sobre o número atual de professores.

2- Sobre o Chapão:

(a) Foi criada uma comissão para discutir e trabalhar as estatísticas levantadas no estudo feito por João Chaves a respeito do desempenho do Chapão nas últimas eleições, com os seguintes membros: Berenice Camargo Damasceno, Álvaro de Souza Dutra, José Alexandre Matelli, Maurício Delamaro e João Chaves;
(b) Iniciar o processo de elaboração da Carta Programa do Chapão 2019 da seguinte maneira:
   (i) AD Central enviará carta de 2017 para as subseções, solicitando que enviem sugestões até 3 de junho;
   (ii) Cumprido o item anterior, Central recolherá as sugestões e, a partir delas, redigirá uma proposta de Carta Programa do Chapão 2019, trazendo-a para apreciação na Plenária Estadual a ser realizada no dia 15 de junho, às 10h, na sala 112 do IA/SP.
   (iii) Convidar para a abertura desta Plenária uma pessoa que possa fazer uma fala sobre as questões relacionadas à segurança e confiabilidade do e-voto.

3- Sobre Data-base 2019:

(a) Indicar às assembleias locais que deliberem sobre a realização de paralisação e de mobilizações locais no dia 27 de maio, data da terceira rodada de negociações entre o Fórum das Seis e Cruesp;

4- Sobre Reforma da Previdência:

(a) Indicativo de adesão à greve geral em 14 de junho;
(b) Sugerir às Subseções que exibam vídeos sobre o tema, preferencialmente em locais de grande circulação de pessoas;
(c) Divulgação do vídeo da palestra feita pela advogada Lara Lorena durante a abertura do encontro, no dia 17/5/2019. (www.youtube.com/watch?v=bbOUmmE0hDc&feature=youtu.be);
(d) Solicitar à advogada Lara Lorena que grave um pequeno áudio sobre o assunto.

5- Sobre Campanha de Filiação à Adunesp:

(a) As Subseções e representantes de base devem trabalhar com a meta de ampliar em 5% o número de filiações até outubro/2019.

6- Indicar às assembleias de base nas unidades que deliberem apoiar as manifestações do dia 30 de maio.

No último dia do encontro, por deliberação da Plenária estadual, foi eleita a comissão eleitoral responsável por conduzir o pleito para a diretoria central da Adunesp. A comissão ficou composta por Fábio Stucchi Vannucchi (São Vicente, presidente), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (Marília), Maurício Delamaro (Guarátinguetá) e Maria José da Silva Fernandes (Bauru, suplente). As eleições estão marcadas para os dias 6 a 8 de agosto.

O Encontro de Subseções da Adunesp, cumpriu plenamente seu objetivos de discutir em profundidade os problemas por que passa nossa universidade, nesse especial momento histórico de avanço de forças políticas autoritárias e obscurantistas que elegeram a educação, a ciência e o pensamento crítico, bem como os lugares onde essas coisas são produzidas e os produtores desses bens fundamentais da humanidade, como predadores do *status* moral raso e intolerante a que estão filiados, como fiadores de uma soberania nacional a que renunciaram, como responsáveis pela difusão de uma liberdade de pensamento contra a qual desde sempre se opuseram. Por isso, há tantos ataques às universidades, que teimam em produzir elementos de sustentação da soberania nacional e em se esmerar na produção de educação de qualidade para todos que por ela passam.

É nesse cenário adverso que o Encontro de Subseções e Representantes de Base da Adunesp construiu uma agenda de defesa da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Nele, aprimorarmos nossas formas de atuação em todos os espaços institucionais e fora deles, e não permitiremos que um governo federal e/ou estadual de ocasião, ou um reitor destrua esse imenso patrimônio do povo paulista e brasileiro, que construímos com o nosso trabalho e dedicação e que estamos prontos a defender.

São Paulo, 19 de maio de 2019.